

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESAS

Vol. XXIV

2001-2002

REVISTA PORTUGUESA
DE
FILOLOGIA



COIMBRA

VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA NO PORTUGUÊS MEDIEVAL: AS FORMAS FEMININAS DOS PRONOMES POSSESSIVOS(1)

0. Introdução

No português antigo, as formas proclíticas dos possessivos femininos *minha(s)*, *tua(s)* e *sua(s)* apresentavam, de um modo geral, as grafias *mha(s)*, *mia(s)* (pronunciadas como uma só sílaba com ditongo crescente: *miá(s)*), *ma* (forma contracta, mais rara), *ta(s)* e *sa(s)*. Com elas coexistiam as dissilábicas *mia*(2), *mã*, *minha*, *tua* e *sua*, usadas

(1) Trata-se de uma versão, profundamente refundida, do capítulo 3 (parte II) da dissertação de Mestrado da Autora, intitulada *Do português arcaico ao Português moderno. Contributos para uma proposta de periodização*, elaborada no âmbito do programa *Praxis XXI* e apresentada em 1996 à Faculdade de Letras de Coimbra. Para uma análise mais aprofundada deste fenómeno, consulte-se, nessa tese, p. 103-122, bem como a “Bibliografia relativa a fontes documentais”, que constitui o *corpus* analisado, p. 162-171.

(2) A título exemplificativo atente-se na seguinte expressão estereotipada registada num documento de 1292: «agã a beençom de deus e a *mya*». In: PEDRO de AZEVEDO, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IX, 1906, p. 273, l. 25 e l. 27. A forma *mya* é, neste contexto, dissilábica, sendo, em posição adjectiva, a forma *mha* que domina nestes documentos. A forma dissilábica *mia(s)*, com função pronominal, evoluiu para a forma *mã(s)*, que originou *minha*, com o desenvolvimento da consoante nasal palatal. Sobre a causa do seu desenvolvimento divergem, no entanto, alguns autores: Carolina Michaëlis de Vasconcelos advoga a influência exercida por *mim*, hipótese que é seguida por Celso Cunha. Cf. *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. In: *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. Reimpressão da edição de Halle (1904). (Acréscimada de um prefácio de IVO CASTRO e do *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, publicado na *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1920). 2 vols. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda). Consulte-se vol. I, 1990,

como pronomes absolutos ou como pronomes adjuntos pospostos a substantivos. Caracterizava-se, assim, o sistema destes pronomes pela existência, no feminino, desta dupla série, cujo emprego dependia do lugar que uma e outra ocupavam no sintagma(1). No entanto, conforme salienta José Joaquim Nunes, «esta distinção [distribuição] entre formas tónicas e átonas não era rigorosamente observada na língua arcaica, que por vezes empregava as primeiras em casos em que se deveriam esperar as segundas, ou seja, quando antepostas a um substantivo»(2). Esta hesitação aplica-se a todas as pessoas, mas o inverso (ou seja, o uso das formas átonas onde seria de esperar as tónicas) nunca se registou para as formas contractas *ma(s)*, *ta(s)* e *sa(s)*, que nunca ocorrem com função pronominal.

É suposto ser a forma *mia* em posição átona dissilábica em galego. Esta posição adopta Cotarelo Valledor, baseando-se na análise da métrica em algumas cantigas trovadorescas(3). A essa conclusão parece também ter chegado Celso Cunha, alegando que, ainda que em posição átona, o manuscrito musical dos versos de Martim Codax lhe atribui duas notas diferentes(4).

No entanto, o mesmo autor reconhece que na obra de trovadores tardios como Macias, «a forma monossilábica do pronome adjunto continua a prevalecer sobre a dissilábica, embora as grafias *miña*,

p. 56. Veja-se, também, CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O Cancioneiro de Martim Codax*. Rio de Janeiro (Departamento da Imprensa Nacional), 1956, p. 145. José Joaquim Nunes e Ismael de Lima Coutinho admitem antes que a nasalização de *i* se deveu à presença da nasal inicial *m*. Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 9ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1989, p. 243 e ISMAEL DE LIMA COUTINHO, *Pontos de gramática histórica*. 7ª edição revista. Rio de Janeiro (Ao Livro Técnico), 1976, p. 258.

(1) A título meramente ilustrativo, veja-se essa distribuição num documento de 1282: «*mha carta*» e «*algũa almoeda mjnha*». Cf. *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Publicados e prefaciados por JOÃO MARTINS DA SILVA MARQUES e ALBERTO IRIA. 2 vols. Cf. vol. I (1147-1460). Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica), 1988, p. 17, ls. 26 e 13, respectivamente.

(2) Cf. JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. (ob. cit.), p. 243-244.

(3) COTARELO VALLEDOR, *Cancionero de Payo Gómez Chariño, almirante y poeta (siglo XIII)*. Madrid, 1934. (Edição facsimilada, com prólogo e apêndices de E. MONTEAGUDO ROMERO. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1984), p. 257: «En port., que convirtió la *i* en *h*, es monosílabo; pero en gall. es bisílabo, según prueba la medida del verso».

(4) Cf. CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O Cancioneiro de Martim Codax*. (ob. cit.), p. 142.

minna ou *minya* dos textos sugiram o contrário»(1). Admite, por fim, que não há qualquer razão para se considerar peculiar ao galego a forma dissilábica do pronome adjunto, e ao português a monossilábica, mesmo argumentando com a disparidade das variantes gráficas com que se reproduz o possessivo feminino na prosa galega dos séculos XIII e XIV: *mía*, *mja*, *mina*, *mjna*, *mña*, *mya*, *mja*, etc. Todavia, Ramón Lorenzo, para quem «se ha discurrido más de la cuenta sobre la pronunciación, llegandose incluso a la conclusión de que era *miá*», é peremptório quanto ao carácter dissilábico dessa forma, afirmando mesmo que tentar provar o contrário «no deja de ser perder el tiempo tontamente»(2).

Procurar-se-á demonstrar, ao longo deste artigo, como se torna, efectivamente, válida para o português arcaico a observação feita por J. Joaquim Nunes sobre a não observância da regra relativa ao uso das formas tónicas e átonas. Tentaremos, pois, fornecer alguns dados com vista ao estabelecimento da cronologia da eliminação da série de formas átonas, decorrente do emprego (muito precoce, aliás) das formas tónicas em qualquer contexto.

1. O século XIII: *adopção*(3)

Seria necessário remontar aos primeiros documentos escritos em português para se abalizar com rigor sobre o âmbito cronológico do

(1) COTARELO VALLEDOR, *ob. cit.*, p. 144.

(2) Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. 2 vols. Orense (Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo"), 1975 e 1977. Veja-se vol. II (Glosario), p. 855.

(3) Adoptamos, ao longo deste artigo, a terminologia de Eugenio Coseriu, que considera quatro fases no processo da mudança dentro de uma comunidade de fala: «*adoption* (of an innovation by an individual), *diffusion* (adoption by several individuals), *selection* (alternating use of the older and the newer tradition), *mutation* (abandonment of one of the two traditions and retention of the other, or establishment of a certain distribution of both traditions in the same "dialect" or eventually in different "dialects")». Cf. E. COSERIU, *Linguistic Change Does Not Exist*. In: *Linguistica Nuova ed Antica. Rivista di Linguistica Classica Medioevale e Moderna*, Anno I, 1983, p. 56-57, à qual não tivemos acesso. Apud: CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV*. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXX, Coimbra, 1994, p. 38, nota 11.

uso, com função adjectiva, da série de formas tónicas dos pronomes possessivos femininos(1). O condicionamento geográfico e cronológico que envolve a feitura dos textos, assim como a inaptidão sentida pelos notários no manejo da língua vernácula escrita, em fase de germinação, levam-nos, todavia, a relegar para um segundo plano algumas ocorrências isoladas que poderão não passar de latinismos.

Nos textos notariais galego-portugueses publicados por Clarinda de Azevedo Maia dominam as formas átonas femininas *ma*, *mha*, *mia*, *mja*, *mya*, *sa*, (*ssa*) e *sas*(2), durante o século XIII e inícios do século XIV. Contudo, salienta a autora: «já desde essa época, as formas tónicas têm tendência para substituir as átonas, começando a surgir em qualquer contexto»(3), tendência que se encontra fortemente acentua-

(1) A propósito da *Notícia de Torto*, por exemplo, diz-nos Lindley Cintra: «*sa*, forma feminina átona proclítica, está abundantemente representada (...); a par dela encontra-se *sua*, que tanto pode ser um latinismo como a forma tónica que se veio a generalizar (os contextos em que surge exigiriam em princípio a forma átona: «*sua mater*», ls. 3-4, «*sua irmana*», l. 6 (...))». Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXXI, 1986-1987, p. 58. No ms. de Toledo do *Testamento de D. Afonso II* [cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*. Separ. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII (= Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). Coimbra, 1979, p. 312-321], surge também a forma tónica de 3ª pessoa, em posição adjectiva: «*sua madre*» (p. 313, l. 4). Ivo Castro comenta deste modo: «(...) embora o contexto seja claramente enclítico, *reina sua madre*, o copista T não sentiu necessidade de usar a forma átona do pronome, sintoma possível do seu declínio». Cf. IVO CASTRO [com a colaboração de RITA MARQUILHAS e J. LEÓN ACOSTA], *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa (Universidade Aberta), 1991, p. 222. A verdade é que se trata de uma ocorrência excepcional, ao lado do uso de formas átonas em contextos idênticos.

(2) No plural registam-se formas idênticas às do singular.

(3) CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Reimpressão da edição do INIC (1986). Lisboa (FCG e JNICT), 1997, p. 679. A forma tónica com função adjectiva apresenta as seguintes variantes: *mīa*, *mina*, *mjna*, *miña*, *mjna*, *mjna*, *myña*, *myna*, *miña*, *minha* e *mjnha*. Dois documentos da província de A Coruña revelam já em 1262 o resultado do pronome em galego moderno: *miña* (1262 C 1) e *miñas* (1262 C 2). Idêntica à forma do português actual é a forma *minha* que surge no último ano deste século num documento de Pontevedra (1299 P 114). Quanto às outras pessoas, são também bastante precoces as primeiras abonações: *sua* regista-se, pela primeira vez, num documento de Lugo de 1257 (1257 L 20), e *tua* no ano seguinte, na mesma região (1258 L 23). Consulte-se a página 676 da obra citada.

da na colecção de documentos do século XIII, publicados por Margot Sponer(1).

Ao longo da presente pesquisa pôde igualmente constatar-se que outros documentos galegos provenientes da província de A Coruña, do último quartel do século XIII(2), apresentam também, em posição adjectiva, as variantes tónicas da actual forma galega *miña*: um documento de 1275 da «Pobra da Ponte d'Eume», por exemplo, oferece as variantes: *mĵa* («*mĵa* parte»), *mĵña* («*mĵña* voz») e *mjas* («*mjas* boas»), permanecendo, todavia, a dúvida sobre o carácter mono- ou dissilábico desta última variante(3). Também em documentos oriundos da Beira(4), lavrados na região compreendida entre a serra da Lapa e da Estrela, o sistema de dupla série, para a primeira pessoa, começa a esbater-se a partir dessa altura. Em cartas emanadas do Mosteiro de Ferreira de Aves, a forma de 1ª pessoa com função adjectiva oferece normalmente as variantes: *ma* e *mia*, mas um documento de 1270 apresenta *mĥa*(5), e num documento privado do Sabugal, de 1275(6), a primeira pessoa feminina do possessivo, quando anteposta ao nome, é sempre *mĥa*: «*mĥa* alma», «*mĥa* mãda», «*mĥas* diuidas», etc.

(1) MARGOT SPONER, *Documentos antigos de Galicia*. In: *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, vol. VII, 1934. Todos os documentos desta colecção oriundos da província de Lugo evidenciam o uso moderno de *sua(s)*, datando de 1255 o primeiro texto onde se regista tal variante, com função adjectiva: «*sua* morte» (p. 119, l. 10). Quanto à forma de 1ª pessoa, predomina a variante *mina* (ou *myna*) nesse contexto, nos documentos oriundos da mesma província, mas também já se encontra, esporadicamente, a variante moderna *mĥa*. Veja-se, por exemplo, um título de venda de 1285 de Meira (Lugo): «*mĥna* alma» (p. 136, l. 6), «*mĥna* madre» (p. 136, l. 7), «*mĥna* maldiçon» (p. 136, l. 13) e «*mĥna* uençon» (p. 136, l. 12). No século que nos ocupa, e para a 3ª pessoa apenas excepcionalmente se encontra documentada a variante antiga *sa(s)*, registando-se num documento de Ourense (Oseira): «*sa* uoz» e «*sas* pertĳncas» (p. 162, l. 5).

(2) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Textos arcaicos*. 5ª edição. Lisboa (Livraria Clássica Editora), 1970. O documento aqui mencionado situa-se nas páginas 106 e 107.

(3) Em outros documentos desta colecção a disparidade gráfica é menos acentuada: em 1286 um notário de «Villa Alua» utiliza as variantes *mĵna(s)/mina* (p. 108), e num outro escrito em Betanços em 1299 opta-se apenas por *mĥa* (p. 109).

(4) PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos antigos da Beira*. In: *Revista Lusitana*, vol. VIII, 1903/1905, p. 35-45.

(5) IDEM, *ob. cit.*, p. 40, doc. III: «*mĥa* madre». Diz-nos o editor que o traço sobre o *h* nesta última forma equivale ao til, devendo, por isso, ler-se *mĥa*. Cf. página 39 do artigo citado. É, no entanto, muito questionável o valor do til, que tanto poderá corresponder à nasalidade da vogal como à abreviatura de *nh*.

(6) IDEM, *Documentos portugueses de Pendorada (Baião)*. In: *Revista Lusitana*, vol. XI, 1908, p. 85-86. Em todos os restantes documentos deste cartório, a forma da 1ª pessoa

Não é menos inovador o cenário do fenómeno na documentação régia e, em geral, na que é oriunda da área centro-meridional portuguesa. De facto, igual solução para a primeira pessoa apresentam alguns documentos dionisianos de Santa Cruz de Coimbra(1) redigidos em várias localidades do país (Almargem, Lisboa, Guarda e Portalegre) entre 1283 e 1299, sendo aqui recorrentes as expressões deícticas: «*mha(s)* carta(s)», «*mha* corte», ou ainda «*nhã* corte»(2). Estas formas com desenvolvimento da nasalidade encontram-se, no entanto, em variação com a mais arcaica *mha*, durante todo esse período: «*mha* parte», «*mha(s)* cartas», «*mhas* deuydas», etc.

Quanto à terceira pessoa, as mais antigas abonações para os pronomes possessivos tónicos com função de determinante, nesta área geográfica, parece serem coevas da que foi encontrada na área galega. Situam-se numa carta de foro emanada de D. Afonso III(3), redigida em Lisboa em 1255: «*fua* entrada» e «*fua* fayda». Estas formas, à semelhança de outras que se encontram na documentação desta região,

em semelhante contexto é a contracta *ma*, só surgindo *mha* e *mia*, ocasionalmente. No texto do código foral de Castelo Rodrigo as formas femininas que predominam são *mia(s)*, *tua(s)* e *sua(s)*, comuns às do leonês ocidental. Diz-nos Lindley Cintra que o sistema de pronomes possessivos oferecido pelo texto dos foros de Castelo Rodrigo «é, a não ser pelo facto de não apresentar as formas átonas contractas *ma* ou *mha*, *ta*, *sa*, o sistema característico do galego-português arcaico». Cf. LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959, p. 406. Esporadicamente, a substituir *sua* e *suas* encontram-se *su* e *sus*, estranhas ao galego-português, mas frequentes em textos leoneses e castelhanos. Quanto à forma feminina *sa*, aparece uma única vez no texto de Castelo Bom, onde, curiosamente, para o masculino se encontrou *sou*, frequente em textos galegos (e mais raro nos portugueses). É o documento 5, de Sabugal (1261), o que apresenta mais semelhanças com as formas típicas do galego-português: *mea*, *mia(s)*, *mja* e *sa*. Para um estudo completo do sistema dos possessivos nesta família de foros, consultem-se as páginas 400 a 415 da obra citada.

(1) SAUL ANTÓNIO GOMES, *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra*. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Separ. de *Estudos Medievais*. Porto (Centro de Estudos Humanísticos. Secretaria de Estado da Cultura. Delegação Regional do Norte), 1988, p. 80-103. Mantém-se, todavia, a dúvida surgida e colocada na nota 4 da página anterior.

(2) IDEM, *Documentos medievais de Santa Cruz...* (ob. cit.), p. 81-82. Ver as considerações que se farão mais adiante a propósito da variante *nhã* (doc. 10, l. 2).

(3) LUIZ FAGUNDES DUARTE (ed.), *Documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III*. Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica. Lisboa (Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa), 1986 (Tese de Mestrado, inédita). Trata-se do foro da herdade de Telões de Aguiar, incluído no *Livro I*, fl. 9r AB, p. 6831.

aparecem, no entanto, de forma esporádica(1). Revela-se, todavia, particularmente inovadora a situação linguística apresentada pelo mais antigo documento escrito em português por um notário de Leiria («Gil paez»), datado de 1280(2), onde a forma pronominal *sua(s)* se regista 3 vezes como determinante, face a uma única ocorrência de *ssa*: «*ssa* carta», «*sua* alma», «*suas* cousas» e «*suas* perteenças».

*

A eliminação de formas átonas em proveito das tónicas, que começam a aparecer com a dupla função (adjectiva e pronominal), documenta-se também noutro tipo de fontes ducentistas: na versão portuguesa das *Flores de Derecho*, a variante *suas* regista-se uma vez, como determinante: «*suas* madres»(3), coexistindo com cerca de meia centena de formas átonas em idêntico contexto(4); para a primeira pessoa, é sempre a variante *ma* que se regista, pouco usada na região da Galiza.

Não raras vezes, os trovadores galego-portugueses encontraram nas formas da série tónica um útil recurso para a resolução de ques-

(1) Um texto legislativo eborense de 1264 (cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Textos arcaicos*. (ob. cit.), p. 37, l. 18) apresenta também a expressão nominal «*suas* soldadas», de forma completamente isolada. Nos textos provenientes do cartório de Chelas (cf. PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos portugueses do mosteiro de Chelas*. (ob. cit.)), dois documentos de 1266 e 1269 exibem, para a 3ª pessoa, a variante moderna do pronome, em contexto idêntico: «*sua* quintáa» (p. 266, doc. IV, l. 7) e «*sua* moler» (p. 267, doc. V, l. 3 e l. 8-9), respectivamente. Também um documento régio alusivo a D. João de Aboim (cf. BRAAMCAMP FREIRE, *D. João de Aboim. Documentos*. In: *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa, vol. IV, 1906), escrito em Santarém em 1289, apresenta a forma *sua*, com função adjectiva: «*sua* uila de Mafara» (p. 174, doc. IV, l. 19).

(2) SAUL ANTÓNIO GOMES, *A mouraria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no Centro do país*. Separ. de *Estudos Orientais*. II - *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa (Instituto Oriental), 1991, p. 170.

(3) JACOB DE JUNTA, *Flores de Dereyto*. Edição (segundo o códice nº 4 do maço 6º de *Forais Antigos* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), estudo e glossário por JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA. Braga (Universidade do Minho), 1989, p. 14, l. 229.

(4) A versão portuguesa do *Fuero Real* oferece uma situação linguística idêntica: «A forma feminina de 3ª pessoa apresenta duas variantes: uma variante átona - *sa* - e uma variante tónica - *sua*. O copista manifesta uma fraca tendência a introduzir a forma *sua(s)*, pois não aparece senão 11 vezes como adjectivo contra 305 para *sa(s)*, *ssa(s)*, (...)». Cf. JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Afonso X. Foro Real*, vol I (Edição e estudo linguístico). Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica), 1987, p. 393.

tões de natureza métrica, utilizando-as frequentemente com função adjectiva. Antecipando, assim, o uso moderno, esse recurso encontra ecos nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X(1). Contam-se nesta obra 32 pronomes possessivos da série tónica (*tua* e *sua(s)*) com função adjectiva, ou seja, antepostas aos substantivos, o que perfaz cerca de 2% do total de pronomes de 2ª e de 3ª pessoas nesse contexto(2). Quanto à primeira pessoa, é sempre a forma *mia* da série átona que se documenta nessa posição, registando-se, em posição absoluta, as variantes *minna*, *mña* e *mjna*.

É interessante salientar, corroborando a observação feita por José Joaquim Nunes sobre o uso de formas tónicas com função determinativa, o que a propósito de uma cantiga de Santa Maria refere Celso Cunha: trata-se de um caso de encavalgamento «em que o pronome adjunto fica em situação rimante», só podendo, pois, ser dissilábico:

28 «E prazer-m-ia,

29 se te prazia,

30 que foss'a *mia*

31 alm'en tal *compannia*»(3)

(CSM., vol. I, p. 286, nº 100)

Também os trovadores profanos, ou por necessidades métricas ou pelo simples desejo de inovar, usam a forma de 1ª pessoa *minha* com função determinativa. Veja-se, por exemplo, o seguinte passo de uma cantiga de «Fernán Fernández Cogominho», em versos heptassilábicos, extraída do *Cancioneiro da Ajuda*(4):

(1) AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*. Edição de WALTER METTMANN. 4 volumes. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. I, 1959; vol. II, 1961; vol. III, 1964 e vol. IV, 1972.

(2) Para o masculino encontra-se o pronome absoluto *sou*, 'seu', em posição tónica (muito frequente na região da Galiza, durante o período medieval). Cf. AFONSO X, O SÁBIO, *ob. cit.*, vol. III: «e outorgo-me por *sou*» (p. 160, l. 61) e «no nome *sou*» (p. 372, l. 16), que sobrevive, aliás, em falares leoneses ocidentais, entre os quais se conta o mirandês. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 3ª edição por MARIA ADELAIDE VALLE CINTRA. Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), 1987, p. 109.

(3) CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O Cancioneiro de Martim Codax*. (*ob. cit.*), p. 144.

(4) *Cancioneiro da Ajuda*. (*ob. cit.*), I, p. 834. Convém ter presente que a tradição manuscrita do CBN e do CV obriga a algumas reservas no que concerne a fixação cronológica de fenómenos linguísticos eventualmente aí detectados. Os exemplos citados pare-

6 «Muytos vej'eu namorados
7 e que son d'amor coitados
8 may'la **minha** coit' é forte»

(n° 423, CBN. 364);

o mesmo uso da forma de primeira pessoa ocorre numa cantiga de «Roy Queimado»(1):

1 «Poys **minha** senhor me manda
2 que non vaa u ela seer,
.....
7 **minha** senhor me defende,
8 por quanto eu d'ela vejo.»

(n° 414, CBN. 266).

ou, ainda, em situação de encavalgamento, numa cantiga de Afonso de Coton(2):

«..... **aquesta minha**
bôca a ta bôca, Marinha»

(CBN. 1617).

Ainda no século XIII, uma cantiga de escárnio de «Roi Gómez de Briteiros», mordomo-mor de D. Afonso III, exhibe o pronome adjunto *sua*: «pero ten a mais da *sua* talhada»(3). Parece ser também um motivo de ordem estilística que condiciona o uso dessa forma, anteposta ao substantivo, numa cantiga de escárnio de Johan Baveca, corroborando, assim, um dos aspectos da «capacidade criadora»(4) do seu autor:

cem não oferecer dúvidas quanto à sua fidedignidade, tendo em conta as necessidades métricas e rimáticas que colmatam.

(1) Carolina Michaëlis de Vasconcelos informa que «é uma das cantigas que apresentam mais desigualdades, quer fosse por descuido do auctor, quer elle quisesse innovar». Cf. *Cancioneiro da Ajuda*. (ob. cit.), vol. I, p. 817, nota II.

(2) Exemplo recolhido no *Cancioneiro de Martim Codax*. (ob. cit.), p. 144.

(3) *Cantigas de escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 2ª edição revista e acrescentada pelo Prof. M. RODRIGUES LAPA. [Vigo] (Ed. Galaxia), 1970, p. 600, n° 408, l. 6.

(4) Cf. RAMÓN LORENZO, *Johan Baveca*. In: GIUSEPPE TAVANI e GIULIA LANCIANI (org. e coord.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa (Editorial Caminho), 1993, p. 343, 2ª col.

15 «por non perder

16 *sua alma, quando esto ofus*

(CBN. 1455; CV. 1065)(1)

*

Do que foi exposto, ressalta, claramente, que a substituição das formas da série átona pelas da série tónica remonta ao século XIII, acompanhando o aparecimento, em meados do século, dos primeiros textos em vernáculo. A constatação do uso da forma *minha* anteposta ao substantivo leva-nos, assim, a tornar mais rigorosa a afirmação de Ismael de Lima Coutinho, segundo o qual a «palatização [sic!] já ocorre em textos do século XIV»(2). Na **tabela 1** esquematiza-se a cronologia ducentista do uso moderno dos possessivos femininos.

Tabela 1 – Cronologia do uso, em posição proclítica, da série tónica dos possessivos femininos, no séc. XIII

Textos datados				Textos não-datados
Ano	Região/Localidade	Tipo de Doc.	Frequência	
1255	Lisboa	Carta de foro	<i>sua</i> , de forma isolada	CSM.: <i>sua</i> - 2%; <i>mia</i> (dissílabo) - 1 v.
1255-1299	Galiza	Privados	<i>mīa, mīna, mīna, mīña, mīña, mīña, myña, e sua(s)</i> (abundantemente documentadas)	
1270	Ferreira de Aves	Privado	<i>mħa</i> (= <i>mīa</i>) - 100 %	Cantigas profanas: <i>sua</i> e <i>minha</i> , esporadicamente. Obra legislativa de Afonso X: <i>suas</i> , esporadicamente.
1275	Sabugal	Privado	<i>mīa</i> - 100 %	
1280	Leiria	Privado	<i>sua(s)</i> - 75 %	
1283-1299	Almargem - Lisboa - Guarda - Portalegre	Cartas régias	<i>mħa</i> ~ <i>mha</i>	
1284	Lisboa	Carta régias	« <i>mha</i> corte» (80 %) ~ « <i>nħa</i> corte» (20 %)	

(1) *Cantigas de escarnho e de mal dizer...* (ob. cit.), p. 292, nº 190.

(2) ISMAEL DE LIMA COUTINHO, *Pontos de gramática histórica*. (ob. cit.), p. 258.

2. O século XIV: difusão e selecção

2.1. Documentação notarial (régia e privada)(1)

Continuando a tendência já verificada em finais do século anterior, as cartas de Santa Cruz de Coimbra emanadas de D. Dinis e de D. Afonso IV(2) apresentam também, durante a primeira metade do século XIV, a variante “de transição” *m̃ha* (é provavelmente uma forma intermédia entre *mia* e *minha*: *mia* > *m̃al**m̃ha* > *minha*), para a primeira pessoa pronominal. Num leque cronológico que medeia entre 1306 e 1359 é constante a oscilação entre *mha* e *m̃ha*, quase sempre no interior do mesmo texto, sintoma possível da hesitação que o desenvolvimento da nasalidade neste tipo de formas começaria a provocar na grafia. Assim, por exemplo, um documento de 1315, de Santarém, apresenta em variação «*m̃ha* carta» e «*mha* corte» (2 v.); num outro, redigido em Lisboa em 1334, as expressões «*mha* carta» e «*mha* posturra» coexistem com as formas mais evoluídas «*m̃ha* carta» e «*m̃ha* ordjnhaçom», e num documento eborense de 1353 dominam as formas pronominais com desenvolvimento da nasalidade: «*m̃ha* carta», «*m̃ha* ley» e «*mha* cassa».

Só a partir do último quartel do século XIV a documentação (privada e régia) da zona centro-meridional do país começa a evidenciar a generalização, a ambos os contextos, das formas tónicas de 1ª e de 3ª pessoas, aquelas com o desenvolvimento da consoante /ñ/. Assim, numa carta de confirmação de D. Leonor, redigida em Monterreal em 1374(3), «*mha* mão» e «*mha* villa» coabitam com «*mjnha* vijdá»; mas é ainda a

(1) À falta de edições feitas com base em critérios linguísticos de transcrição servimo-nos, fundamentalmente, da colecção de documentos publicados em *Descobrimientos portugueses*, obra já citada. Como se trata, na sua maioria, de um tipo de fontes oriundas das chancelarias régias, é muito provável que muitos desses documentos sejam registos posteriores, tendo, por isso, de ser olhadas com alguma prudência; daí não termos incluído na análise muitos documentos posteriores a 1350, apesar de revelarem uma situação linguística bastante inovadora. Anteriormente a essa data são completamente isoladas algumas ocorrências modernas registadas nos primeiros anos do séc. XIV. Encontrámo-las numa colecção de documentos alusivos ao trovador Martim Soárez (cf. PEDRO DE AZEVEDO, *O trovador Martim Soárez e a sua família*. In: *Revista Lusitana*, vol. XXI, 1918, p. 250-278), redigidos em Santarém. Consulte-se, especialmente, p. 253-256.

(2) Cf. SAUL ANTÓNIO GOMES, *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra...* (*ob. cit.*), p. 103-149.

(3) *Descobrimientos portugueses...* (*ob. cit.*), supl. vol. I, p. 48-49. Trata-se de um documento original da *Colecção especial*, caixa 72.

variante antiga do pronome de 3ª pessoa que surge documentada, nesta fonte: «sa madre». A análise da documentação régia posterior a 1380 revela, no entanto, a generalização do uso das variantes da série tónica nos dois contextos, em todas as pessoas(1). No *Juramento de Évora*(2), escrito por um tabelião de Évora em 1384, a variante proclítica *sa* apenas ocupa 17% do total das formas de 3ª pessoa, percentagem que se mantém, para a mesma variante, numa doação testamentária feita no Alviela em 1401, escrita também por um tabelião de Évora(3).

Na documentação privada redigida a norte do rio Minho, o fenómeno da propagação das variantes tónicas dos possessivos nos dois contextos começa também a provocar hesitações no idiolecto de quem redigia os documentos, na segunda metade do século XIV. De facto, se em 1363 um vigário geral da cidade de Braga escrevia, pela sua própria mão, «sua parte», «sua terra e «*minha* mão»(4), em 1388 o tabelião, também bracarense, Vasco Martins, apesar de usar sistematicamente o determinante possessivo de 3ª pessoa na variante tónica: «sua igreja», «sua tençom» e «suas razões», adopta *mha* para a 1ª pessoa, num contexto formular: «rezey per *mha* boca sentença deffinitiva»(5). No ano seguinte, todavia, um outro documento escrito pelo mesmo tabelião já exhibe uma flutuação entre *mha* e *minha*, nessa expressão formular estereotipada: «*mha* boca» e «*minha* boca»(6), não obstante a preferência pela variante *mha*, ao longo do documento.

Esta flutuação no uso de uma ou de outra variante prolonga-se até ao século XV, nesta região nortenha: um documento bracarense de 1400 apresenta ainda cerca de 20% das ocorrências de 3ª pessoa na

(1) A propósito das fontes utilizadas, cf. nota 1 da página anterior.

(2) Cf. SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV (contribuição para o seu estudo)*. Separ. dos Anais, II série, vol. 30. Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1985, p. 75-79.

(3) Cf. SEBASTIÃO MARTINS DOS REIS, "Livro da Fazenda da mesa episcopal do bispo de Évora" nos séculos XIV e XV. Realidade agrária e situação económica. Introdução, leitura e anotações. Separ. do Boletim da Junta Distrital de Évora, nº 6. Évora, 1967, p. 35-38. Os vestígios da forma arcaica *sa* preenchem 19%, sempre na expressão «sa igreja».

(4) Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. 2 vols. Coimbra (Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos), 1959. Cf. vol. II, p. 461-462 (doc. 113).

(5) IDEM, *ibidem*, p. 466, l. 39. Num documento de 1386 o mesmo tabelião usa indistintamente *sa* e *sua* (p. 462-463).

(6) IDEM, *ibidem*, p. 467-469.

sua variante arcaica, sistematicamente na expressão «(d)a dicta sa eigreja»(1); quanto à 1ª pessoa, *mha*, que ocorre no mesmo documento no formulário notarial: «per *mha* boca rezey no dicto feito sentença defenitiva», encontra-se em variação com *minha*, em outra expressão da mesma natureza: «*minha* interlocutória»(2).

O uso moderno das formas tónicas dos pronomes parece estar consumado nesta área geográfica em meados do século XV, como atestam dois documentos de 1448 e 1455, de Guimarães (S. João de Ponte) e Braga, respectivamente: «*minha* ffe», «*minha* carta», «*minha* parte», «*suas* gaanças» e «*suas* mãaos»(3).

2.2. Outros géneros textuais

O devir linguístico observado ao longo do século XIV está nitidamente representado, de forma ainda mais acentuada, nos textos técnicos e cronísticos das primeira e segunda metades deste século. Na versão portuguesa da *Primeyra Partida* a variante *sua* surge 4 vezes anteposta ao substantivo, o que corresponde a 0,5% das ocorrências de 3ª pessoa (no singular e no plural) em idêntico contexto. A forma de 1ª pessoa com função adjectiva apresenta neste texto legislativo as seguintes variantes: *mha*, *miha*, *mïha(s)* e *mïa*(4).

(1) AVELINO DE JESUS DA COSTA, *ob. cit.*, p. 475-476. Recorde-se que a percentagem da variante arcaica *sa* neste documento nortenho é praticamente a mesma que nos oferece a doação testamentária redigida por um tabelião de Évora, um ano depois. Daqui deprende-se não ser pertinente a variável "área geográfica" na interpretação da difusão deste fenómeno. Ver nota 3 da página anterior.

(2) IDEM, *ibidem*, p. 476, ls. 35-36 e 38.

(3) JOSÉ MARQUES, *A colegiada no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos*. Separ. das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua colegiada*, vol. II. Guimarães, 1981, p. 296 e 300-301, respectivamente.

(4) JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Alphonse X, Primeyra Partida. Édition et étude*. Braga (Instituto Nacional de Investigação Científica), 1980. No total, contam-se 9 ocorrências, das quais cinco vão precedidas de artigo: «a *mïha* carne» (p. 85, título III, l. 156), «a *mïha* cárrega» (p. 85, título III, l. 175), «a *miha* cõssenãcia» (p. 245, título VIII, l. 1405), «a *miha* casa» (p. 400, título XIII, l. 452), «as *mïhas* palauras» (p. 63, título III, l. 569), «*mha* oraçõ» (p. 401, título XIII, l. 456), «*mha* rrenëbrãça» (p. 95, título III, l. 466), «*mïa* carne» (p. 182, título VII, l. 340) e «*miha* rrenëbrãça» (p. 182, título VII, l. 334). É muito possível que a amostra constituída pelos fragmentos da segunda e da sétima *Partidas* de Afonso X se situe entre 1320 e 1330, pois reflectem uma fase linguística posterior ao *Livro d'alveitaria* mas anterior ao *Livro de Deão*: o uso moderno de *sua* representa nesses extrac-

O *Livro d'alveitaria* de Mestre Giraldo(1), terminado em 1318, evidencia apenas uma variante moderna da forma de 3ª pessoa: «suas tripas», o que perfaz 5,5% do total de ocorrências dessa pessoa. Regista-se uma ligeira evolução no *Livro de Deão* (de finais da década de 30, princípios de 40), que oferece já duas ocorrências da variante *sua* em contexto idêntico, o que representa 11,7%. Se compararmos dois tratados técnicos como o *Livro de alveitaria* e o *Livro de falcoaria* de Pero Menino, este escrito no último quartel do século XIV (antes de 1383), chegaremos à mesma conclusão de R. Lapa: os dois livros representam «duas fases linguísticas claramente distintas»(2). De facto, já não se encontram, na versão trecentista do *Livro de falcoaria*, vestígios das antigas formas átonas dos possessivos.

Na produção cronística trecentista em versão galega as formas da série tónica dos possessivos surgem generalizadas nos dois contextos: na tradução galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla*, as formas átonas *ta* e *sa* apenas ocupam 1,8% do total, sendo diversas as variantes gráficas da 1ª pessoa do pronome, na grande maioria dos casos atestando já o uso moderno; na versão galega da *General Estoria* os adjectivos e pronomes apresentam as mesmas formas, nunca aparecendo as formas átonas contractas *ma* e *ta*.

Observemos, assim, o gráfico relativo à distribuição das variantes de 1ª pessoa na tradução galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla*(3):

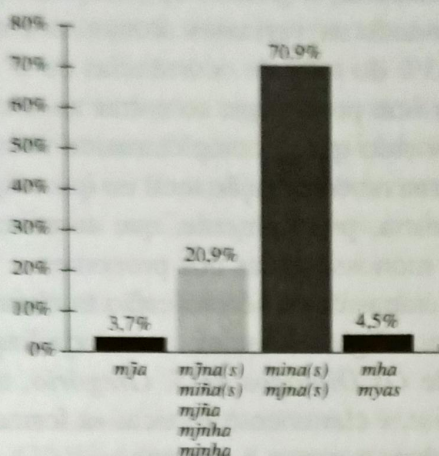
tos 8% do total de ocorrências de 3ª pessoa, neles contidas. Cf. AIDA FERNANDA DIAS, *As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa* [fragmentos da segunda e da sétima *Partidas*]. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX. Coimbra (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Língua e Literatura Portuguesas), 1994: «a *ssua* piadade» (p. 19, l. 5-6) e «*ssua* probeza» (p. 19, l. 14).

(1) *Livro d'alveitaria do Mestre Giraldo*. Publicado por GABRIEL PEREIRA. In: *Revista Lusitana*. Lisboa, vol. XII, 1909, p. 48, l. 11. Convém salientar que dispomos de uma cópia do século XV.

(2) *Livro de falcoaria de Pero Menino*. Publicado com introdução, notas e glossário por RODRIGUES LAPA. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1931, p. XIII. Cf. anexos F e G (na página IX da secção de anexos), da tese de Mestrado da Autora: *Do Português arcaico ao Português moderno...* (ob. cit.). Convém salientar que a cópia de que dispomos é do século XV.

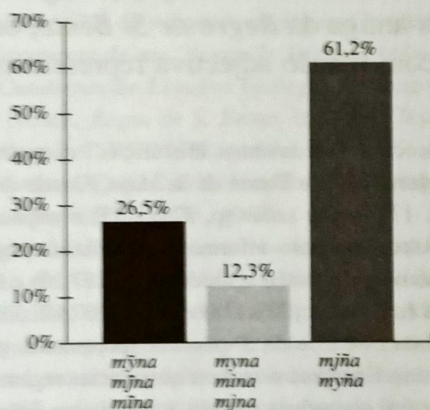
(3) RAMÓN RORENZO, *La traducción gallega de la "Crónica General"...* (ob. cit.).

Gráfico n.º 1 – Distribuição das variantes na tradução galega da *Crónica General* e da *Crónica de Castilla*



Compare-se essa distribuição com a das variantes de 1ª pessoa na versão galega da *General Estoria*(1):

Gráfico n.º 2 – Distribuição das variantes na versão galega da *General Estoria*



(1) *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV. Ms. O. I. I. del Escorial*. Edición, introducción lingüística, notas e vocabulario de RAMÓN MARTÍNEZ-LÓPEZ. Oviedo (Universidad de Oviedo. Facultad de Filosofía y Letras. Publicaciones de *Archivum*), 1963. Para a 1ª pessoa, apenas excepcionalmente se regista nesta obra a variante arcaica com função adjectiva *myās*, que se excluiu desta contagem (representa 2%): «*myās* joyas» (p. 236, l. 23). Na *Crónica Troyana*, de finais do século XIV, a tendência geral, quer em contexto tónico, quer átónico, é, no entanto, o uso das formas antigas *m̃a(s)* ou *m̃ja(s)*. Na porção atribuída a Fernán Martís domina a variante gráfica *m̃ja(s)*. Registam-se, no entanto, 3 ocorrências da variante moderna *m̃ña(s)*, na função de pronome adjectivo, e não uma, como afirma o editor (diz-nos Ramón Lorenzo: «No caso do posesivo o normal é a forma máis arcaica *m̃ja* (...), *m̃jas*. Só nunha ocasión rexistro *m̃ñas* (...)). Cf. RAMÓN LORENZO,

No texto da *Crónica Geral de Espanha de 1344*(1), refundida por volta de 1400, a forma de 1ª pessoa apresenta sempre a sua variante moderna, representando as variantes átonas *sa* e *ta* a insignificante percentagem de 0,3% do total de ocorrências de 2ª e 3ª pessoas. Esta camada linguística vem provar que ao entrar no século XV as variantes arcaicas tinham sido quase completamente abandonadas. O facto de se ter operado uma modernização total no que respeita ao fenómeno em análise, demonstra, precisamente, que careciam já de aceitação social as variantes monossilábicas dos pronomes.

As diferentes etapas deste século estão também claramente delineadas na literatura religiosa. Assim, a camada linguística que apresenta a versão A de *Os Diálogos de S. Gregório*, no que respeita ao fenómeno em análise, é claramente arcaica: «a forma [sic!] *sa* (...), *sas* (...), sempre precedem o nome e a forma *sua* (...), muito pouco frequente em relação às outras, segue o nome (...) ou não vem seguida pelo nome substantivo (...). As formas *mha* (...), *mhas* (...) e *ta* (...) ocorrem sempre na chamada posição átona, confirmando assim a teoria [expressa nas gramáticas históricas]»(2). Algumas inovações apresenta a versão mais antiga da *Regra de S. Bento*, onde as ocorrências de *tua(s)* e *sua(s)* com função adjectiva representam 10%(3). Na ver-

Crónica Troyana. "Colección Documentos Históricos" disposta pola Real Academia Gallega. A Coruña (Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa), 1985, p. 92: «*mjña ymãa*» (p. 251, l. 17), «*mjña saña*» (p. 323, l. 15) e «*mjñas mãos*» (p. 365, l. 18). Na parte atribuída aos outros copistas «a forma máis utilizada segue sendo *mã* 82 veces (...), *mias* 7 veces (...), pero agora tamén aparece *mías* (457.10) e hai máis casos de *miña*, coa grafía *mina* 10 veces (...), *minas* (379.128) e *mjna* (267.17, 335.15, 338.8)». Cf. p. 92 da obra citada. Os pronomes de 2ª e de 3ª pessoas apresentam, geralmente, as variantes modernas nos dois contextos. Exceptuam-se duas ocorrências registadas no fólio 128r (ainda pertencente a Fernán Martís): «*sa señor*» (p. 548, l. 24) e «*sas señoras*» (p. 549, l. 13).

(1) *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por LUIS F. LINDLEY CINTRA. Vol. I (Introdução), Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1951; vol. II (Texto), Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1954; vol. III (Texto), Lisboa (Academia Portuguesa da História), 1961. Edição facsimilada por Imprensa Nacional - Casa da Moeda: vol. I, 1983; vol. II, 1984; vol. III, 1984 e vol. IV, 1990.

(2) Cf. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa (Imprensa Nacional - Casa da Moeda), 1989, p. 175-176.

(3) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Fragmentos da mais antiga versão conhecida da "Regra de S. Bento"*. In: *A evolução da língua portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da "Regra de S. Bento" e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece*. Com introdução e glossário. Separ. do *Boletim da Segunda Classe da*

são da *Regra de S. Bernardo* contida no códice alcobacense 200(1), as variantes *suas* e *tuas* ocupam já 87%, o que poderá configurar-se como um fenómeno importante para situar este texto nos últimos anos do século XIV(2).

Já não conhecem as variantes arcaicas a versão do códice alcobacense 328/44 da Biblioteca Nacional de Lisboa da *Regra de S. Bento*(3), *Vida de Barlaão e Josaphat*(4), bem como os textos hagiográficos que constituem a *Colecção mística* de Frei Hilário da Lourinhã(5).

A cópia quatrocentista de *Vidas e paixões dos Apóstolos*(6) apresenta duas camadas linguísticas claramente distintas, que atestam duas

Academia das Ciências de Lisboa, vols. XIV-XVI, 1922-1926. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1926, p. 131-182. A forma de 1ª pessoa com função adjectiva é sempre a arcaica *mha*.

(1) H. HARE CARTER, *Paleographical Edition of an Old Portuguese Version of the Rule of Saint Bernard (Codex alcobacensis 200)*. Separ. da revista *Publications of the Modern Language Association of America (PMLA)*, vol. LV, nº 2. New York, 1940, p. 360-395.

(2) Baseamo-nos no facto de o fragmento conhecido do *Livro de Tristán*, do 3º quartel do século XIV, apresentar 67% de variantes no seu uso moderno, para a 3ª pessoa. Cf. J. L. PENSADO TOMÉ, *Fragmento de um "Livro de Tristán" galaico-português*. Edición y estudio. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 1962.

(3) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Regra de S. Bento*. In: IDEM, *Textos antigos portugueses*, in: *Revista Lusitana*. Lisboa, vol. XXI, 1918, p. 89-145.

(4) C. E. PUPO-WALKER, *A Critical Edition of the Old Portuguese Version of Barlaam and Josaphat*. U.N.C. at Chapel Hill, Ph.D., 1967.

(5) Cf. *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense (Colecção mística de Fr. Hilário da Lourinhã, cod. alc. CCLXVI/A.N.T.T., ms. da livraria 2274)*. Edição dirigida por IVO CASTRO. Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Geográficos), 1985. Uma excepção encontra-se, no entanto, em *Morte de S. Jerónimo*, onde se regista uma forma arcaica, completamente isolada: «a ta grande largueza». Cf. p. 35₆₉, fl. 94v, perfazendo 6% relativamente às ocorrências de formas de 2ª pessoa em semelhante contexto. Por outro lado, em *Vida de uma monja* tudo leva a crer tenha havido uma mudança de mão: dos fólhos 73r (onde começa o texto) até um determinado ponto do fólho 74r registam-se 5 ocorrências de *minha* com função adjectiva, sendo sistematicamente a variante (*s*)*sa(s)* a que se regista nas 7 ocorrências de 3ª pessoa. No entanto, a partir de uma parte inicial do fólho 74r todas as ocorrências de 2ª e de 3ª pessoas oferecem a variante da série tónica, em idêntico contexto. Cf. p. 18-19. Estes vestígios de formas arcaicas poderão confirmar o que a propósito dos textos desta colecção observou Ivo Castro: «é bem nítido (...) que por trás desta cópia de meados do século XV se oculta, apenas parcialmente, outra versão portuguesa em linguagem do século XIV pelo menos». Cf. *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense...* (*ob. cit.*), p. 6.

(6) BERNARDO DE BRIHUEGA, *Vidas e paixões dos Apóstolos (ms. alcobacense 280 da Biblioteca Nacional de Lisboa, confrontado com a edição de Lisboa, 1505)*. Edição de

diferentes atitudes quanto ao grau de fidedignidade ao texto primitivo: até ao fólio 208a o copista manteve-se relativamente fiel à versão portuguesa original, que data do reinado de D. Dinis. As formas *tua(s)* e *sua(s)* com função adjectiva apenas ocupam, nesta porção, 14% do total de ocorrências. A partir deste fólio e até ao final (fl. 315a), atribuíveis, certamente, a outro copista, as variantes da série tónica com função adjectiva representam 94% das ocorrências. É possível que a este copista da primeira metade do século XV já não soassem bem as formas arcaicas, assim se justificando a modernização que nelas efectuou. Saliente-se que a forma *minha* surge nas duas porções do texto com as duas funções (adjectiva e pronominal), o que vem corroborar a celeridade da sua adopção na linguagem literária e, particularmente, nos meios cultos(1).

3. A prosa literária quatrocentista: *mutação*

Na literatura religiosa quatrocentista estão praticamente eliminadas as formas átonas dos pronomes, apenas restando alguns vestígios esporádicos a atestar os últimos ecos da variação, muito provavelmente correspondendo a simples "lapsos" dos copistas(2). Ao contrá-

ISABEL VILARES CEPEDA. Textos medievais portugueses – 1. Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa). Vol. I, 1982. Vol. II, 1989.

(1) Convém salientar que a *Bíblia medieval portuguesa*, copiada na mesma altura, oferece um cenário mais inovador para as formas de 2ª e de 3ª pessoas (uma vez que apenas 1,3% das ocorrências são arcaicas); todavia, muito arcaico no que concerne as de 1ª pessoa, pois todas as ocorrências são antigas. Se compararmos esta situação com a que apresentam alguns documentos privados e régios analisados, é fácil admitir que o copista da *Bíblia* pertenceria, ou a um nível sócio-cultural "inferior" ao dos que participaram em *Vidas e paixões dos Apóstolos*, ou então a uma camada geracional mais antiga. Cf. *Bíblia medieval portuguesa. I. Historias d'abreviado testamento velho, segundo o Meestre das Historias scolasticas*. Texto apurado por SERAFIM DA SILVA NETO. Rio de Janeiro (Instituto Nacional do Livro), 1958.

(2) Um desses testemunhos é-nos oferecido na *Crónica da Ordem dos Frades Menores*. José Joaquim Nunes testemunha que «das antigas formas dos possessivos, apenas subsiste *sa*, I, 32; II, 182, mas excepcionalmente, pois a forma mais frequente é *sua*, que também se lê na citada pág. 32». Cf. *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Manuscrito do século XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez e acompanhado de introdução, anotações e índice onomástico por JOSÉ JOAQUIM NUNES. 2 vols. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1918, p. XXXII. As abonações referidas encontram-se na seguinte passagem: «(...) e, fazendo *sua* oraçom cada dia em *sa* capeela, (...)».

rio do que afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva, no *Leal Conselheiro* as variantes arcaicas *ta* e *sa* ocupam apenas cerca de 11% do total das ocorrências de 2ª e 3ª pessoas(1), o que, na maioria dos casos, se poderá explicar pelo grande número de citações nele contidas. Importa salientar que a variante *ta* ocorre apenas 3 vezes(2), registando-se, além disso, numa oração, que constitui uma versão do latim, e que, segundo o próprio rei, teve de obedecer à dupla intenção de rimar e, ao mesmo tempo, não se afastar do conteúdo do original latino: «(...) por a fazer conssoar, nom pude compridamente dar seu lynguagem, nem a fiz em outra mylhor forma por concordar com a maneira e teençom que era feicta em latym»(3). O uso de *ta* neste poema fica, pois, explicado por uma necessidade métrica, como já referiu Harold Russo: «(...) perhaps metrical exigences or striving for quaintness or poetic effect had something to do with their choice»(4).

*

Na *Crónica de D. Fernando*(5), *sa(s)* apenas ocupa 2,4% das ocorrências de 3ª pessoa mas, curiosamente, na parte I da *Crónica de D. João I*(6) a percentagem de ocorrências arcaicas eleva-se para 3,4%. Esta particularidade deve-se, muito provavelmente, à influência exer-

(1) Segundo a autora, «No *Leal Conselheiro*, escrito por volta de 1433, *sa* tem mais ou menos a mesma frequência de *sua*». Cf. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas...* (ob. cit.), p. 176.

(2) E não duas, como observa Harold J. Russo. Cf. HAROLD J. RUSSO, *Morphology and Syntax of the "Leal Conselheiro"*. Philadelphia (University of Pennsylvania), 1942, p. 9: «The form *ta* occurs only twice (...)».

(3) Cf. *Leal Conselheiro o qual fez D. Eduarte rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Edição crítica e anotada organizada por J. PIEL. Lisboa (Livraria Bertrand), 1942, p. 374. Diz-nos Joseph Piel na nota 1 da mesma página: «D. Duarte sente que por um lado a tradução é pouco fiel, porque está dependente da rima, e pelo outro que não conseguiu dar-lhe uma feição bem portuguesa, por não querer afastar-se demasiado do seu modelo».

(4) HAROLD J. RUSSO, *Morphology and Syntax of the "Leal Conselheiro"* (ob. cit.), p. 9.

(5) *Crónica de D. Fernando* [FERNÃO LOPES]. Edição crítica por GIULIANO MACCHI. Lisboa (Imprensa Nacional - Casa da Moeda), 1975.

(6) *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Parte primeira escrita por FERNÃO LOPES. Reprodução facsimilada da edição do "Arquivo Histórico Português" (1915) preparada por ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. Prefácio por LUÍS F. LINDLEY CINTRA. Lisboa (Imprensa Nacional - Casa da Moeda), 1977.

cida pelas fontes que serviram de suporte jurídico à comprovação da bastardia de D. João I. Corrobora esta hipótese o facto de metade das ocorrências arcaicas se registar, precisamente, nessas passagens, que deverão apresentar uma grande fidedignidade relativamente às fontes(1). Assim, um terço do total de variantes arcaicas concentra-se no capítulo CLXXXVI: «Como o Doutor mostrou claramente que nũca foi certo que dona Enes fosse molher delRei dom Pedro»; ressalta, claramente, que não correspondem às formas habitualmente usadas pelo cronista as que estas passagens evidenciam, apesar de Fernão Lopes, esporadicamente, as deixar escapar(2). Do que parece não haver dúvidas é que o cronista as sentia já como formas estigmatizadas que poderiam marcar socialmente determinado tipo de personagens. Na réplica de uma abadessa, «parenta da rainha e sua criada», o autor não hesitou quanto ao seu uso, com tudo o que tem de pejorativo e distanciador:

«ex os bevados! amdam com *sa* bevedice, *leixadeos* vos, ca aimda sse elles mall ham de achar por estas cousas que amdam fazemdo»(3).

O espectro linguístico diacrónico e diastrático que na parte I desta crónica se delinea, perde a sua vitalidade na parte II, onde o fenómeno *sa* e *ta* representa apenas 2,9%.

*

São finalidades de ordem pragmática (métrica) que determinam o uso de *sa(s)* nas composições que constituem o *Cancioneiro Geral*. Numa altura em que estas formas se encontram praticamente eliminadas dos textos, incluindo nos incunábulo e primeiras obras impressas, alguns autores optavam por através delas extrair melhores efeitos estilísticos. Não se encontra nesta compilação de cantigas qualquer forma

(1) Estas deverão remontar aos dez anos de reinado de D. Pedro (de 1357 a 1367) e dos seus amores ilegítimos com D. Inês.

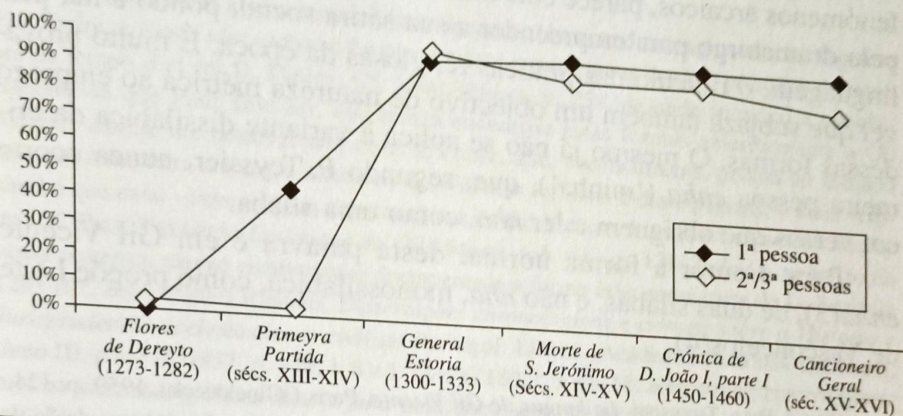
(2) De todas as ocorrências de 2ª e de 3ª pessoas, as variantes átonas atribuíveis ao cronista representam apenas 1,6%.

(3) *Cronica del Rei Dom Joham I...* (ob. cit.). Parte Primeira, p. 79, c. XLV, l. 28-30. O morfema *-des* é igualmente um indicador linguístico ao serviço da depreciação desta personagem. Sobre o seu valor em alguns discursos das personagens lopeanas, veja-se a comunicação da Autora: *O morfema "-des" na história da língua portuguesa: uma abordagem segundo a metodologia da Sociolinguística histórica*. In: *Actes du XXII^{ème} Congrès international de Linguistique et de Philologie romanes (Bruxelles, 23-29 juillet 1998)*, vol. II ("Les nouvelles ambitions de la Linguistique diachronique"). Tübingen (Max Niemeyer Verlag), p. 65-74.

do tipo *mia* (*mha*, *ma*), sendo sistematicamente a variante moderna *minha* que surge em todos os contextos; registámos apenas 75 casos de *sa(s)* e 11 de *ta(s)*, preenchendo cerca de 15% do total(1). Estes exemplos, que atingem o auge num poeta como o Coudel-mor, tornam-se cada vez mais raros, à medida que os textos são mais recentes, atestando, assim, a sua rápida extinção da língua literária a partir de meados do século XV.

O gráfico n.º 3 apresenta a evolução, em vários géneros textuais, das formas tónicas dos possessivos femininos em posição proclítica(2):

Gráfico n.º 3 – Diacronia das variantes tónicas (dissilábicas) dos possessivos femininos, em posição adjectiva



(1) Ver anexo H da tese de Mestrado da Autora (já citada), na página IX da secção de anexos. Das variantes antigas da forma de 1ª pessoa apenas se regista «*mea esperança*», numa composição de Joam Gomez. Cf. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por AIDA FERNANDA DIAS. Lisboa (Imprensa Nacional – Casa da Moeda). 4 vols, 1990-1993. Cf. vol. I, p. 80, l. 22. Se se comparar esta situação linguística com a que nos é apresentada por documentos régios do 3º quartel do século XV (a título de exemplo, cf. *Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*. Apresentação de MANUEL AUGUSTO RODRIGUES. Transcrição de MARIA TERESA NOBRE VELOSO. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992), copiado em 1471, facilmente se conclui que as variantes arcaicas de 1ª pessoa desde muito cedo deverão ter sido estigmatizadas, pois em função adjectiva estão completamente substituídas pelas modernas, ao contrário das formas de 3ª pessoa, cujas variantes (moderna e antiga) coabitam ainda no interior de um mesmo texto; tal constatação revela, efectivamente, que *sa/sas* não soariam tão mal a um falante de finais de Quatrocentos como as variantes *ma* ou *mha*, completamente estigmatizadas.

(2) As formas dissilábicas de primeira pessoa que aparecem na *Primeyra Partida* nesse contexto são *mīha* e *mīa*. Em todas as outras obras essas formas apresentam-se com a grafia moderna: *minha*.

4. *ta*, *sa* e *enha* nos Autos de Gil Vicente: recursos métricos ou indicadores sociais?

Segundo Paul Teyssier, podem observar-se 7 casos de *ta* e 2 de *sa* no conjunto dos autos de Gil Vicente(1), na maioria dos casos antepostas aos nomes "mãe" e "molher": «*ta mãy*» (2 v.), «*sa mãy*» (2 v.), «*ta molher*» (1 v.), etc. Estas formas são utilizadas 8 vezes por campo-neses e uma vez por uma velha (a velha de *Quem tem farelos?*): «Vai-neses e uma vez por uma velha (a velha de *Quem tem farelos?*): «*elles constituent (...)* des archaïsmes populaires conservés dans quelques expressions consacrées»(2). Acresce, ainda, que quase metade das ocorrências situam-se nas intervenções do "clérigo da Beira", o que, à semelhança de outros fenómenos arcaicos, parece constituir mais um dos processos utilizados pelo dramaturgo para empreender a sua sátira social, pondo a nu, pela linguagem, o ridículo das práticas religiosas da época. É muito provável que subjaza também um objectivo de natureza métrica ao emprego dessas formas. O mesmo já não se aplica à variante dissilábica da primeira pessoa *enha* ('minha'), que, segundo P. Teyssier, nunca ocorre em versos que obriguem a ler *nha*, como uma sílaba.

Para o autor a forma normal desta palavra é em Gil Vicente *enha*(3), de duas sílabas, e não *nha*, monossilábica, como propõe Leite de Vasconcelos(4).

(1) Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. Paris (Klincksieck), 1959, p. 124.

(2) *Ta* é, segundo o autor, um dos elementos da língua rústica das éclogas de Sá de Miranda. Em Chiado, *ta* e *sa* são utilizados por "compadres" e "comadres", sempre antepostos à palavra "mãe". No *Auto da Ave-Maria* de António Prestes, um pedreiro, também ele uma personagem popular, diz: «*sa Magestade*» (fl. 8r). Acrescenta Teyssier que o mesmo valor rústico e popular de *ta* e *sa* sobrevive em outros autos da escola vicentina, nas falas de personagens nitidamente rústicas. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente* (ob. cit.), p. 124-125.

(3) Nos *Autos* vicentinos há 13 ocorrências: 10 em falas de camponeses e 3 de judeus. Nos *Autos* da escola vicentina o pronome tem uma dupla forma: *enha* e *inha*, generalizando-se esta última à medida que os textos se tornam mais recentes. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente* (ob. cit.), p. 125-126.

(4) J. Leite de Vasconcelos coloca a hipótese de serem monossilábicas as ocorrências de *enha* nos *Autos* vicentinos, sendo o *e* «um como que apoio da palatal inicial, mas que pode desaparecer de todo». Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Dialectos crioulos portugueses de África (Contribuições para o estudo da Dialectologia portuguesa)*. In: *Revista Lusitana*, vol. V, 1897-1899, p. 258. Diz-nos o autor em nota que, quando, no âmbito das festas comemorativas do IV centenário da descoberta da Índia, se representou o *Auto pastoril português* no Teatro D. Maria, «o actor dizia erradamente *ênha*, frisando bem o *ê*, por

Salienta Paul Teyssier que «il y constitue l'un des "indicatifs" habituels de la langue rustique»(1).

*

Curiosamente, ainda em época recente, uma distinção entre as duas séries de formas dos pronomes possessivos tinha alguma vitalidade em certas variedades da língua portuguesa e na linguagem popular. Referimo-nos a uma distinção que se baseia na existência das formas dialectais *mê* (por *meu*), *tê* (por *teu*), e *inha* ou *nha* (formas reduzidas, sincopadas de *minha*), resultantes de «usos proclíticos tardios de formas que se haviam desenvolvido sob o acento tónico»(2).

supor que assim dava à pronúncia carácter arcaico». Ver nota 5 da página citada. Segundo F. J. Freire, a forma *nha* «acha-se frequentemente em escrituras desde o princípio do reino até ao tempo d'el rei D. Diniz». Cf. IDEM, *ibidem*, p. 258, de onde se extrai a citação. Saliente-se que Paul Teyssier, que nunca encontrou estas formas anteriormente a Gil Vicente, admite um possível erro de F. J. Freire, que, eventualmente, poderá ter tomado *mha* por *inha*. Para o autor, e na esteira de Williams (cf. nota 2 desta página), o mais verosímil é que *enha* - *inha* tenham sido, na época de Gil Vicente, formas relativamente recentes. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. (ob. cit.), p. 128. Todavia, ao longo da nossa pesquisa, não só encontramos documentada a forma *inha* numa carta de D. Dinis de 1293 (Cf. JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa (Academia Real das Ciências), tomo III, parte II, 1857, p. 179, l. 6 e l. 14 e p. 180, l. 3 e l. 18: *inha terra*), como registámos as variantes gráficas *ínha* e *jnhá* num documento de 1365, emanado de D. Pedro e redigido em Salvaterra de Magos: «*ínha* carta», «*ínha* terra», «*jnhá* carta», «*jnhá* justiças». In: *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. (ob. cit.), vol. I, doc. 104, p. 118-119. O documento pertence ao Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro dos Pregos*, fl. 70v.

(1) Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. (ob. cit.), p. 126.

(2) Cf. E. B. WILLIAMS, *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro), p. 160. Diz-nos José Leite de Vasconcelos que em Deilão e S. Julião (Norte de Trás-os-Montes) ouviu *mia*, forma arcaica de *minha*. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3ª edição por MARIA ADELAIDE VALLE CINTRA. Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), 1987, p. 109. No que diz respeito ao masculino, sobreviviam ainda no mirandês, no início do século XX, as formas *möu*, *töu* e *söu*. Cf. IDEM, *Estudos de filologia mirandesa*. Lisboa (Imprensa Nacional), vol. I, 1900, p. 231 e p. 363-365. Veja-se, também, JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa...* (ob. cit.), p. 244. Saliente-se que, ainda em 1995, ouvimos no concelho de Pinhel (freguesia de Freixedas) um falante do sexo feminino, com 52 anos de idade, pronunciar as formas contractas *mê* e *tê*, sempre seguidas do substantivo "pai": «*mê* pai» e «*tê* pai».

Assim, segundo Paul Teyssier, *inha* – *nha* encontram-se, de uma maneira geral, em todos os falares, de Norte a Sul de Portugal(1), e, de acordo com José Leite de Vasconcelos, na linguagem popular da Estremadura *nha* é bastante frequente e só se encontra em próclise depois de vogal (< a > e < ó >)(2). José Joaquim Nunes testemunha também a existência de formas deste tipo, usadas com o nome *mãe*, em alguns dialectos algarvios(3), e Paul Teyssier confirma-nos a sua sobrevivência em crioulo português de África e na língua familiar do Brasil(4).

No espanhol antigo encontram-se as formas proclíticas *miá*, *mié*, e a primeira ainda hoje perdura no falar asturiano ocidental: «la *miá* vaca»; no entanto, «esa ya *mía*»(5). No galego, *ña* constitui uma vari-

(1) Baseado em alguns estudos dialectológicos, o Autor cita alguns exemplos característicos distribuídos por todas as províncias portuguesas: Trás-os-Montes (concelho de Vila Real), Douro Litoral (Vila do Conde, Fafe e Ervedosa do Douro), Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve. Esta variante faz-se, normalmente, acompanhar do nome “mãe”: «Ó *nha* mãi!» e «A *nha* mãi». Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. (ob. cit.), p. 127-128. José Leite de Vasconcelos explica a expressão popular moderna «a *nha* mãe», resultado de «a *minha* mãe», por assimilação de *m* a *nha* (depois da queda do *i* em *minha*), «por estas palavras se pronunciarem quasi como uma só palavra». JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Dialectos portugueses crioulos de África...* (ob. cit.), p. 258. Tendo como suporte as ocorrências dos *Autos* (quase metade diz respeito a expressões do tipo «*enha* mãe», «*enha* molher»), Paul Teyssier admite que foi por dissimilação que «*minha* mãe» evoluiu para «*inha* mãe», uma vez que, quer *inha*, quer *enha* foram indiferentemente utilizadas, de acordo com a tendência portuguesa para confundir *e* e *i* em posição átona inicial; quanto aos dialectos portugueses em que subsiste «*nha* mãe», este autor justifica por aférese a queda da vogal inicial. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. (ob. cit.), p. 129.

(2) JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. (ob. cit.), p. 109. Relembrem-se os exemplos citados na nota 1 da página 30 deste artigo, extraídos de um documento redigido numa localidade próxima da fronteira estremenha: Salvaterra de Magos.

(3) JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Dialectos algarvios (Linguagem de Barlavento)*. In: *Revista Lusitana*, vol. VII, 1902, p. 45: «*Minha*, em próclise, reduz-se, como noutras partes, a *nha* ou *ĩnha*, dizendo-se, por exemplo «Ó *nha* mãe ou Ó *ĩnha* mãe».

(4) Diz-nos o Autor que ele próprio ouviu formas desse tipo no estado de Minas Gerais em 1952. Cf. PAUL TEYSSIER, *La langue de Gil Vicente*. (ob. cit.), p. 128, nota 6.

(5) Exemplos colhidos em MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *Morfología histórica del español*. Madrid (Editorial Gredos), 1977, p. 98. Importa referir que a partir de *miña* o castelhano formou, por analogia, o masculino *miño* (*minno*), que surge numa cantiga do *Cancioneiro Musical* de Barbieri, repetindo-se 3 vezes a expressão vocativa «*Minno* amor». Essa forma analógica parece ter sido usada por todos os poetas castelhanos que «de 1580 a 1640 se serviram do português, sobretudo em poesias líricas cantadas, intercaladas em dramas». Cf. CELSO FERREIRA DA CUNHA, *O Cancioneiro de Martim Codax*. (ob. cit.).

ante de *miña* em expressões do tipo «*ña nai*», «*ña madriña*», «*ña prenda*», podendo também explicar-se por *m'ña* (= *m'nha*), com síncope de *i*(1).

Síntese

Remonta a meados do século XIII o uso, em ambos os contextos (proclítico e enclítico), das formas pronominais *minha*, *tua* e *sua*, que, eliminando progressivamente as átonas *mha* (*ma*), *ta* e *sa*, começam a reunir em si a dupla função adjectiva e pronominal. Mas, se a cronologia do aparecimento da forma *sua* com função adjectiva é relativamente coincidente para a documentação notarial das áreas galega e portuguesa (década de 50 daquele século), parece ter sido ligeiramente mais tardio o desenvolvimento da consoante nasal palatal na variante *mia*, nos documentos portugueses, pese embora a escassez de fontes notariais que nos permitam extrair conclusões mais seguras. O uso destas formas em posição adjectiva era, no entanto, conhecido dos trovadores portugueses (nomeadamente «Fernám Fernández» e «Roy Queimado»)(2), que se serviam deste recurso para extrair os efeitos métricos reclamados por algumas composições. Assim, temos indícios

p. 145. Este autor baseou-se no que a esse propósito ensina Carolina Michaëlis de Vasconcelos (cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Lições de filologia portuguesa*. Segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das *Lições práticas de português arcaico*. Lisboa (Dinalivro), s. d., p. 409), o que o leva a dizer que a forma é galega. No entanto, Ramón Lorenzo diz-nos que só por “despiste” esta autora a considera galega. Cf. RAMÓN LORENZO, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. (ob. cit.), vol. II (Glosario), p. 856, 1ª col.; segundo R. Lorenzo, trata-se da «voz que emplean los principiantes en el idioma». Como se sabe, no espanhol, ao contrário do português e do italiano, faz-se a distinção entre as formas tónicas e átonas dos possessivos: as formas apocopadas *mi*, *tu* e *su* antepõem-se ao nome; as formas plenas *mío*, *tuyo*, *suyo* pospõem-se. Cf. MANUEL ALVAR e BERNARD POTTIER, *Morfología histórica del español*. (ob. cit.), p. 97.

(1) Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Dialectos crioulos portugueses de África*. (ob. cit.), p. 259.

(2) Quanto ao primeiro (1253-1277), «deve ter sido criado em Trás-os-Montes, na região de Chaves (...). As inquirições de 1258 registam a sua anterior actividade na região». Referindo-se ao segundo, António Resende de Oliveira exprime-se deste modo: «vemos este trovador português adulto e activo por volta de meados do séc. XIII». Cf. ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*. Lisboa (Edições Colibri), 1994, Apêndice II, s. u. «Fernão Fernandes Cogominho» e «Rui Queimado».

no território português de que a adopção dessa variante moderna se fez por níveis sociolinguísticos.

A partir da década de 70 do século XIII, a documentação notarial portuguesa de carácter privado e régio exhibe, todavia, as formas de “transição” *mîa* e *mña*, em variação com a forma mais arcaica *mha*, coabitação que se prolonga nos textos até meados do século XIV, altura em que começa a surgir, em variação, a forma adjectival *minha*. A partir desta altura inicia-se, assim, a etapa da “difusão” e, sobretudo a partir do 3º quartel desse século, a da “selecção”, processo que se poderá ter devido a diferenças entre os vários grupos dentro da(s) comunidade(s) de fala, eventualmente decorrentes de factores como a “idade” e o “estrato sócio-cultural”. O que interessa, no entanto, realçar é que o único contexto de ocorrência das formas de 1ª pessoa nos documentos notariais é em expressões défcticas ligadas ao acto de feitura do documento, de nítida feição formular. Neste contexto, é sabido, não reflectiria já os usos que delas fariam os falantes. É possível que ao entrar no século XV a percentagem de ocorrência das formas tónicas em contexto proclítico para as primeiras pessoas fosse idêntica à das 2ª e 3ª, ou seja, cerca de 80%. A partir da década de 40 do século XV já não se fazia distinção entre formas com função adjectiva ou pronominal, neste tipo de fontes.

Também ao nível da prosa literária, a situação linguística dos textos galegos revela um avanço significativo relativamente aos portugueses (exceptuando a *Crónica Troyana*, confeccionada por escribas procedentes de diferentes zonas dialectais). Basta comparar a versão galega da *General Estoria*, onde já não há distinção entre formas átonas e tónicas, com o *Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo (relativamente coevo ou pouco anterior), onde *sua* com função determinativa apenas representa 5,5%, para visualizar tal assimetria. De facto, só nos finais do século XIV a prosa portuguesa evidencia, de forma definitiva, a generalização a ambos os contextos, de *minha*, *tua* e *sua*.

A prosa literária quatrocentista elimina completamente a variante arcaica da 1ª pessoa, que parece ter sido alvo de uma estigmatização social mais acentuada que as de 2ª e 3ª. Nas crónicas de Fernão Lopes encontra-se virtualmente extinta a variante átona *sa*, e no *Cancioneiro Geral*, *ta* e *sa* apenas sobrevivem por razões métricas. Antecipando o espírito satírico vicentino, é possível que Fernão Lopes, nascido numa época em que *sa* e *ta* entravam em franco declínio, as sentisse já como formas que poderiam marcar socialmente as suas personagens. Mas é,

novamente, Gil Vicente quem delas extrai os melhores efeitos satíricos: camponeses, lavradores, velhas e judeus parece terem sido as personagens mais vitimadas pelos “marcadores sociais” *ta*, *sa* e *enha*.

Finalmente, apesar de *ta* e *sa* se terem perdido definitivamente no tempo, *enha* – *inha* e *nha*, resultantes de usos proclíticos tardios de formas desenvolvidas em posição tónica, vigoram no português popular e dialectal contemporâneo (não só em território nacional como também em outros continentes) em expressões como «*inha* mãe», «*nha* mulher», etc. Trata-se, assim, de uma variação que, ainda que sob outras roupagens, perpetua, para as formas pronominais de primeira pessoa, uma distribuição condicionada pela sua posição no sintagma.

Coimbra

MARIA JOSÉ CARVALHO

RÉSUMÉ

Dans le portugais médiéval, les formes proclitiques des pronoms possessifs féminins *minha(s)*, *tua(s)* et *sua(s)* présentaient, d'une manière générale, les variantes *mha(s)*, *mia(s)* (prononcées comme une seule syllabe avec une diphtongue ascendante: *miá(s)*), *ma(s)* (forme contractée plus rare), *ta(s)* et *sa(s)*. Ces formes coexistaient avec les dissyllabiques *mia*, *mīa* et *minha*, celles-ci employées, généralement, comme des pronoms absolus ou comme des pronoms adjoints postposés aux noms substantifs. Un tel système se caractérisait, donc, par l'existence de cette double série, dont l'emploi dépendait de la place que chacune d'elles occupait dans la chaîne syntagmatique. Cependant, et comme l'avait déjà remarqué José Joaquim Nunes, cette distinction [distribution] entre les formes toniques et atones n'était pas rigoureusement observée dans la langue archaïque, où parfois on employait les deuxièmes dans des contextes où l'on s'attendait plutôt aux premières, c'est-à-dire, quand elles précédaient les noms.

Par une approche quantitative du *corpus* subsistant (qui inclut des types textuels diversifiés situés entre le XIII^{ème} et le XVI^{ème} siècles), on cherche à établir la chronologie de l'élimination de la série des formes atones, qui est le résultat de l'emploi (très précoce, d'ailleurs) des formes toniques dans les deux contextes.

Aussi fait-on une référence au phénomène de l'"évaluation" des variantes en déclin, dont certains auteurs se sont servis pour marquer socialement leurs personnages. Finalement, on fait une très brève allusion à leur vitalité dans l'espace dialectal ibérique et hors de cet espace ibérique contemporain.

ABSTRACT

In medieval Portuguese, the adjective forms of the possessive feminine pronouns *minha(s)*, *tua(s)* and *sua(s)* were usually the variants *mha(s)*, *mia(s)* (spelt as a single syllable with a progressive diphthong: *miá(s)*), *ma(s)* (a less usual contracted form), *ta(s)* and *sa(s)*. Besides these, there were also the two-syllable variants *mia*, *mīa* and *minha*, generally used as absolute pronouns or as adjunctive pronouns, appearing after the nouns. This system was, therefore, characterised by the existence of a double series of pronouns functionally depending on their place in the sentence. However, as José Joaquim Nunes had already pointed out, the distinction between these "non-stressed" and "stressed" forms was not strictly observed in archaic Portuguese. In fact, we do sometimes find latter in contexts where the former were supposed to occur, i. e., preceding a noun.

Using a quantitative approach to the extant medieval *corpus* (including a variety of textual types from the 13th to the 16th centuries), we attempt to establish the chronological boundary marking the elimination of the non-stressed forms, in favor of the stressed ones.

We briefly refer to the "evaluation" of the declining variants which were used by certain authors as "social markers" of their characters. The vitality of these variants demonstrated by dialectal data pertaining to the Iberian Peninsula and other geographical regions is also alluded to.